

Jaqueline Carvalho Quadrado (Org.)

(DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA:

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E RESISTÊNCIA



Atena
Editora
Ano 2022

Jaqueline Carvalho Quadrado (Org.)

(DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA:

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E RESISTÊNCIA



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

(Des)fazendo saberes na fronteira: ciência, democracia e resistência

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Jaqueline Carvalho Quadrado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
D453	<p>(Des)fazendo saberes na fronteira: ciência, democracia e resistência / Organizadora Jaqueline Carvalho Quadrado. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0840-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.406221412</p> <p>1. Ciências. 2. Democracia. 3. Resistência. I. Quadrado, Jaqueline Carvalho (Organizadora). II. Título. CDD 500</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

À Sombra desta Mangueira
Escolhi a sombra desta arvore para repousar
do muito que farei,
enquanto esperarei por ti.
Quem sempre espera na pura espera
Vive um tempo de espera vã
Por isto, enquanto te espero
Trabalharei os campos e,
Conversarei com os homens
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
Minhas mãos ficarão calejadas;
Meus pés aprenderão os mistérios dos caminhos;
Meus ouvidos ouvirão mais,
Meus olhos verão o que antes não viam,
Enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera
Porque o meu tempo de esperar é um
Tempo de que fazer
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me:
Em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso, esperar na forma em que esperas
Porque esses recusam a alegria da tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me
Com palavras fáceis, que já chegastes
Porque esses, ao anunciar-te ingenuamente
Antes te denunciam.
Estarei preparando a tua chegada
Como jardineiro prepara o jardim
Para a rosa que se abrirá na primavera.

A história de um evento acadêmico é sempre longa. Em seu enredo mesclam-se interesses intelectuais, condições materiais e políticas. O IV Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira tem origem em 2016, com a preocupação de um grupo de estudantes e professoras do Projeto de Extensão Mulheres Sem Fronteiras, em torno de um fenômeno que provocava então – e segue provocando – grande debate público: os direitos das mulheres e dos LGBTQIAP+. De lá para cá, o Seminário foi ampliando seus temas, o que tem nos permitido dialogar com diversas áreas do conhecimento. Desde a edição de 2018, temos conseguido auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), mediante edital público, o que tem permitido publicar uma coletânea de textos, após o encerramento do Seminário.

Os artigos aqui apresentados, por professores/as, mestrandos/as, graduandos/as e profissionais, os/as quais subsidiaram as discussões que vêm sendo debatidas no Seminário, historicamente comprometido com a divulgação científica, nos marcos dos seus oito anos de existência. O evento foi realizado na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, RS, Brasil, nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2022, na modalidade *on line*.







Os textos a seguir têm um propósito sociológico, antropológico, filosófico e político: pensar com as/os leitoras/es sobre questões de ciência, democracia e resistência presentes no cotidiano. As configurações das políticas públicas das últimas décadas têm apresentado novos desafios à reflexão nas ciências sociais e ciências humanas. Especialmente a perda relativa de importância das contradições de classe, que marcaram o último século de conquistas social-democratas, mostra-se como um desafio à reflexão crítica nas sociedades brasileira. Eis algumas questões: como podemos compreender a ciência, a democracia e as resistências nas lutas contemporâneas? Como os sujeitos tem se movimentado? Quais novos territórios de sociabilidade têm surgido e como as pessoas estão interagindo? Teríamos mais perguntas, mas o espaço é limitado. E as respostas? Sim, há possibilidades de mudanças, de rupturas com o atual sistema vigente, mas ainda não temos fórmulas mágicas. Precisamos fortalecer as lutas e resistências, e muito mais.





Agradeço em especial, a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul- FAPERGS pelo auxílio financeiro, o qual foi possível realizar o evento e publicar esta obra.

Agradeço a contribuição de cada autor/a, os/as quais contribuíram para a composição da presente coletânea.

Desejo uma excelente leitura a todas/os!

Jaqueline Carvalho Quadrado
Coordenadora do IV Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira

CAPÍTULO 1	1
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: AVANÇO DO CONSERVADORISMO E IMPACTOS NA DEMOCRACIA	
Camila Telles da Silva Vitória Caroline Lopes Cruz Bianca Gabriela Stroff Jaqueline Carvalho Quadrado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214121	
CAPÍTULO 2	9
PROTOCOLOS ÉTICOS EM SITUAÇÃO DE PANDEMIA E ESCASSEZ: DA SOCIOLOGIA DE ULRICH BECK À FILOSOFIA DE NAOMI ZACK	
Daniel da Rosa Eslabão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214122	
CAPÍTULO 3	19
OS ATAQUES MISÓGINOS CONTRA AS MULHERES CANDIDATAS A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NAS ELEIÇÕES DE 2022	
Jaqueline Carvalho Quadrado Mylenna Machado Barcelos Bárbara Dutra Fonseca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214123	
CAPÍTULO 4	35
REDES SOCIAIS DIGITAIS: ANOTAÇÕES ACERCA DO RACISMO	
Otaviano da Motta Aquino Junior Jaqueline Carvalho Quadrado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214124	
CAPÍTULO 5	45
A PREFERÊNCIA PATRIMONIAL E A LUTA INCANSÁVEL PELO LEMBRAR. POR QUE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO BORJA É MOTIVO DE TANTA MOROSIDADE?	
Domingos Sávio Campos de Azevedo José Luciano Gattiboni Vasques	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214125	
CAPÍTULO 6	56
MAX WEBER E A LEGITIMIDADE DO PODER: APROXIMAÇÕES ENTRE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA	
Daniel da Rosa Eslabão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214126	

CAPÍTULO 7	66
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Graciane Pedó Nunes	
Carmen Regina Dorneles Nogueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214127	
CAPÍTULO 8	74
NETNOGRAFIA DAS REDES: COMO AS REDES SOCIAIS MOLDAM O COMPORTAMENTO SOCIAL E POLÍTICO	
Júlia Corrêa	
Camili Rodrigues Lyrio	
João Vitor Marques Fagundes	
Jaqueline Carvalho Quadrado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214128	
CAPÍTULO 9	91
MARTIN LUTHER KING E A ÉTICA DA NÃO-VIOLÊNCIA	
Daniel da Rosa Eslabão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4062214129	
CAPÍTULO 10.....	102
O BRASIL QUE AINDA ESCRAVIZA	
Maicon de Matos Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40622141210	
SOBRE A ORGANIZADORA	125

REDES SOCIAIS DIGITAIS: ANOTAÇÕES ACERCA DO RACISMO

Data de aceite: 22/11/2022

Otaviano da Motta Aquino Junior

Graduando em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista do Programa de Desenvolvimento Acadêmico 2022 (PDA), no Projeto de Pesquisa Democracia e Mídias Digitais. <https://orcid.org/0000-0003-3955-2227>. E-mail: otavianoaquino.aluno@unipampa.edu.br

Jaqueline Carvalho Quadrado

Doutora em Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA, Rio Grande do Sul, Brasil. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Democracia e Mídias Digitais. <https://orcid.org/0000-0002-5220-3710>. E-mail: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo central discutir sobre as manifestações racistas nas redes sociais digitais. Para tanto torna-se imperioso explicitar não apenas a formação sociocultural brasileira, com a intrínseca relação com o racismo estrutural, mas como também a internet enquanto espaço amplo e interrupto de informações, as

quais são banalizadas e ou naturalizadas no cotidiano da população. Para tanto, utilizou-se de revisão bibliográfica, assumindo caráter qualitativo, aliando-se a perspectiva dialética crítica. Sendo assim, infere-se que as redes sociais digitais contribuem para a produção e reprodução de valores hegemônicos, estes de natureza racista, com ênfase no ódio e na intolerância.

PALAVRAS-CHAVE: Redes sociais digitais; Racismo estrutural; Ódio.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de proporção geográfica continental, o qual possui diversificados arranjos sociais. Diferenciando-se, nessas formas de se organizar economicamente, politicamente, socialmente, culturalmente, entre as regiões, expressando sua territorialidade particular presente em sua constituição. Contudo, devido a instantaneidade promovida pelas tecnologias da comunicação e informação –TIC- das redes sociais digitais e a internet como um todo, foi possível diminuir tais

fronteiras. Isto, deve-se a facilidade de acessar, visualizar e compartilhar informações dos mais diferentes tipos nas redes com múltiplos indivíduos.

Assim, as redes sociais digitais apresentam enormes possibilidades no que se refere ao acesso a informações em tempo real. Acrescenta-se ao fato da possibilidade de atuação contra hegemônica, isto é, organização coletiva frente a tomada/luta por direitos. Colaborando para uma organização de movimentos sociais. Entretanto, ao passo que se estabelece possibilidades se encontram limites, pois nas redes sociais digitais tornam-se campos ambíguos, onde os ataques de ódio configuram-se como *livre expressão*, e o racismo manifesta-se e banaliza-se.

De acordo com Souza (2017) a instituição que englobava todas, desde o ao zero, era escravidão, a qual não existia no continente europeu, a não ser de forma muito tópica, muito distante e ou passageira. Assim, a constituição das formas de família, economia, justiça e política foram baseadas na escravidão. Com isso, a problemática do presente artigo é de que forma o racismo manifesta-se nas redes sociais digitais?

Devido a isso, o objetivo do presente artigo é discutir as manifestações racistas nas redes sociais digitais. Para tanto, utilizou-se de revisão bibliográfica, assumindo caráter qualitativo. Ademais, vincula-se a perspectiva dialética crítica, esta a qual compreende a realidade em conflito, ou em contradição, que por sua vez promove o constante movimento do real. Isto é, as diferentes formas de sociabilidade humana, do modo de produção e modo de vida.

A partir disso, o artigo está dividido em duas seções. Na primeira seção são abordadas características sócio históricas de formação do Brasil, afim de explicitar a relação com o racismo estrutural. Já na segunda seção encontra-se a breve caracterização das redes sociais digitais, bem como a problematização delas enquanto espaço de produção e reprodução de ódio.

RACISMO: É DE HOJE?

Para compreender o racismo enquanto manifestação latente do cotidiano torna-se imperioso retomar o processo sócio histórico de constituição do Brasil. Atualmente com mais de 500 anos de ‘descoberta’ o Brasil ainda cultiva tal manifestação como algo natural da sociabilidade. Assim, a expansão marítima feita pelos países europeus datada a partir do século XV deriva da necessidade comercial continental, a qual era exclusivamente feita por meio terrestre, passou para uma navegação de cabotagem, até alcançar a expansão ultramarina (PRADO JÚNIOR, 2011). Inicialmente, com a invasão dos portugueses Guaracy (2015, p.18) afirma que,

O marco zero da História do Brasil, convencionado por historiadores, educadores e escolas e que busca consolidar a identidade brasileira pelo vértice da colonização portuguesa, é a viagem de Pedro Álvares Cabral a costa brasileira em 1500. Segundo essa versão, aprendida durante sucessivas gerações nos bancos escolares e edulcorada no período do regime militar, a colonização portuguesa no Brasil começou na Bahia, em um encontro fraterno entre a esquadra de Cabral e os índios.

Essa é a clássica história de ‘descoberta’ que é descrita, contada e recontada, ou seja, partir daí é tão somente a versão do colonizador sobre uma terra cheia de mistérios. Ainda conforme Guaracy (2015) existem arquivos/documentos de autoridades administrativas, cartas dos jesuítas e alguns registros de viajantes envernizados de civilização europeia que relevam como um direito quase natural, a violência bárbara da ocupação dos portugueses, que foi marcada pela escravização e depois pelo extermínio da civilização nativa, além do confronto mortal com outros europeus que ousaram disputar a riqueza brasileira. Corrobora-se, “O povo nação surgiu de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram de fato um continuado genocídio e etnocídio implacável” (RIBEIRO, 1995, p23).

Assim, dos anos 1500 1550, tem-se o início do processo de escravidão no Brasil. A vinda dos negros escravizados oriundos da África pelos portugueses, estes traziam mulheres e homens de suas colônias, utilizando-os como mão de obra escrava inicialmente nos engenhos de açúcar no Nordeste.

O transporte era feito da África para o Brasil nos porões dos navios negreiros (também conhecidos como tumbeiros). Amontoados, em condições desumanas, muitos morriam antes de chegar ao Brasil, sendo que os corpos eram lançados ao mar (CARVALHO, 2016, s/p).

Quando escravizados no Brasil, trabalhavam em péssimas condições, as noites eram passadas nas senzalas e muitas vezes acorrentados para evitar fuga, além de serem constantemente castigados fisicamente. Além da repressão física voltada ao labor, eram reprimidos de praticar sua religião de origem, de realizar suas festas e rituais. Logo, compelidos a seguir apenas a religião católica.

Para Costa (2010), escravizar o negro foi o modo encontrado pelos portugueses para explorar as terras que estavam sendo descobertas. Durante mais de três séculos utilizaram o trabalho escravo com maior ou menor intensidade, em toda a faixa colonial. E quando não era o negro sujeito da escravidão, encontravam uma forma de obrigar os índios a trabalhos forçados. Nas zonas de mineração, nas plantações, nos portos, a escravidão foi a espinha dorsal do desenvolvimento econômico dos ditos países de primeiro mundo nas colônias, observa-se,

A família patriarcal reunia em si toda a sociedade. Não só o elemento dominante, formado pelo senhor e sua família nuclear, mas também os elementos intermediários constituídos pelo enorme número de bastardos e dependentes, além da base de escravos domésticos e, na última escala da hierarquia, os escravos da lavoura (SOUZA, 2017, p.29).

Ressalta-se, que mesmo após a lei Áurea que decreta a abolição da escravidão, os reflexos da escravidão foram vivenciados durante as décadas que sucederam, permeando a subjetividade e incidindo na objetividade das relações por um enorme período. Acrescenta-se o fato de que os latifundiários receberam uma compensação financeira por parte do Estado, e os recém ‘libertos’ se quer uma garantia material para se inserir no novo processo de sociabilidade implementado o contexto mundial, o capitalismo. Corroborar-se,

Nos meses que se seguiram a abolição, calculava-se que nem um quarto dos escravos tinha permanecido nas fazendas que até então trabalhavam. Alguns empregavam-se em outras fazendas e passaram a construir uma população móvel, flutuante, caracterizada pela instabilidade. Outros aglomeravam-se nos núcleos urbanos, vivendo de expedientes, morando em choças e casebres nos arredores das cidades, dando origem a uma população de “favelados”, sem ocupação definitiva (COSTA, 2010, p.495).

Acrescenta-se,

A escravidão marcou os destinos da nossa sociedade. Seus traços ficaram indelévels na herança que nos legaram a cultura negra e as condições sociais nascidas do regime de escravidão. Passada essa fase, restaram, além do legado cultural, a concentração de negros e mestiços e os problemas de integração do escravo emancipado no status de homem livre e na sociedade do branco sua assimilação, sua aceitação pelo grupo branco e a necessária reformulação das atitudes recíprocas forjadas durante o período de escravidão (COSTA, 2010, p.13).

Dessa maneira, de acordo com Almeida (2018) o racismo constitui-se enquanto forma de discriminação sistemática que se fundamenta na raça, e que manifesta em práticas conscientes ou inconscientes, as quais resultam em vantagens ou desvantagens a depender do grupo racial que os indivíduos pertencem. Assim, não se dimensiona apenas ao um conjunto de atos discriminatórios, mas em hábitos de materializam o privilégio e ou a subalternidade, presentes nas relações do cotidiano, nas relações políticas, nas relações econômicas.

Conforme Almeida (2018) existem três concepções para o racismo, que são: a) Individualista; b) Institucional; c) Estrutural. A concepção Individualista concebe o racismo como uma patologia psicológica ou um fenômeno ético, de um indivíduo ou um grupo isolado, restando a eles as sanções aplicáveis por parte do sistema judiciário, pois a manifestação é direta na forma de preconceito. A concepção Institucional amplia a ideia de racismo, não limitando-o apenas aos comportamentos individuais, mas como produto

do funcionamento das instituições que passam a atuar, mesmo que de forma indireta, em uma dinâmica que confere privilégios e desvantagens a partir da absorção dos conflitos inerentes dos sujeitos. Ao passo que se inserem na dinâmica das relações institucionais conferem poder para determinados grupos, e assim, impõem seus interesses políticos e econômicos, ou seja, um poder ou domínio exercido direta ou indiretamente pelo aparato das instituições. Já a concepção Estrutural entende que o racismo parte da estrutura da sociedade, não sendo ele uma exceção, mas uma regra desta sociabilidade. Isto é, parte do princípio que tanto os indivíduos, quanto as instituições serão derivadas desse processo social, assim, englobando a família, a política, a economia, o judiciário, logo discriminando os grupos raciais de maneira sistêmica.

REDES SOCIAIS DIGITAIS: FACETAS DO ÓDIO

As transformações oriundas das já referidas TIC'S tangenciam as relações sociais de um modo geral, como por exemplo, as relações familiares, as relações políticas e econômicas. Muitas vezes, materializando-se em diferentes níveis de alienação, devido a dinamicidade dos fatos nas relações sociais, apreensão/consumo dos conteúdos em meio digital, ou seja, operando diretamente na subjetividade e na objetividade dos indivíduos. Corroborar-se,

[...]Claro que a Internet, como qualquer tecnologia não é – em si – boa ou má. O uso que fazemos dela é o que define seu caráter. E, naturalmente, ela não é *culpada* pelo comportamento de seus usuários. Mas poucas pessoas têm consciência de que, na rede, as informações também podem ser manipuladas e que elas passam, a todo instante, por filtros automáticos que podem incidir profundamente sobre a formação da opinião (QUADRADO; FERREIRA, 2020, p. 421).

Assim, a sociedade modifica a maneira de se comunicar/relacionar, pois engloba a maior parte dos sujeitos em uma lógica imediata, programado para dispor e impor informações a todo tempo. Logo assume uma posição multifacetada, pois pode operar ao favor de diminuir distancias, com a agilidade da informação, mas também pode operar em uma lógica maniqueísta como a intolerância e o ódio, verifica-se,

[...]apesar de todas as benesses advindas da globalização, não se pode fechar os olhos para o surgimento de inúmeros prejuízos causados por ela. Embora as redes tenham se tornado um recurso indispensável para a troca de dados, agilidade na comunicação e interação entre pessoas em escala global, essa facilidade tecnológica passou também a ser utilizada para fins não tão benéficos assim (ESCOBAR, 2019, p.24).

Dessa maneira, a partir do surgimento e desenvolvimento tecnológico veio à tona novas formas de perseguição, de crimes, de ódio. Fixando os olhares e ataques as

minorias, como por exemplo, a prática do racismo, para posteriormente amenizar com o simples preâmbulo de ‘foi apenas uma brincadeira’ ou ‘no meu tempo não se tinham essas frescuras’. Logo, conforme Escobar (2019, p. 31),

[...]a rede mundial de computadores possibilitou a criação de novas práticas para velhos crimes, atingindo um número exorbitante de pessoas, situação que não ocorreu de maneira diversa em se tratando de crimes de ódio. Trazendo o cometimento desse tipo de delito para o mundo virtual, todavia, passaremos a chamar essa modalidade criminosa de cibercrimes de ódio, uma vez que a prática de crimes motivados pelo preconceito através de tecnologias da informação possui certas peculiaridades não observadas fora do ambiente cibernético. Ademais, percebeu-se que o termo “discurso de ódio” tem sido constantemente empregado pela mídia para se referir à manifestação do ódio através da internet, apesar de este termo ser apenas mais uma faceta dos já denominados “crimes de ódio”.

Acrescenta-se a determinante de produção de reprodução da vida material, a mercadoria, ou seja, elencando também outra faceta da informação. Mesmo relegado ao discurso de ódio, a uma perseguição a grupos específicos, bem como aponta Alves (2007, p.57),

A *mercadoria-informação* é a última fronteira da modernização tardia [...] cujo modo de ser manipulatório é constituído por redes de informações linguístico-imagéticas que atingem a subjetividade complexa de homens e mulheres. Elas impregnam o próprio fluxo societal, buscando constituir *consentimentos* e comportamentos pró-ativos e instaurar novas formas fetichizadas de intercambio social.

Dessa forma, reiterando as intenções objetivas e subjetivas da macroestrutura, estas materializadas nas redes sociais digitais, voltando-se para a manutenção de seus status, de seu senso de normalidade, de um senso de superioridade. Assim como elucida Escobar (2019, p. 31)

[...]o sujeito, baseado na intolerância, seja ela racial, nacional, sexual ou qualquer outra forma de preconceito, divulga ou propaga mensagens que estimulam o ódio a determinado grupo, com o intuito de privar ou extinguir direitos dessas minorias. Portanto, da mesma forma que nos crimes de ódio, essas mensagens possuem teor segregacionista, baseado na ideia de que o emissor é superior ao receptor.

Devido a velocidade de compartilhamento e consumo de conteúdos nas redes sociais digitais, estes criam um senso de necessidade/urgência para o debate, ou colaboram ainda mais para os constantes ataques, ampliando os efeitos desses discursos. Além disso, os agressores apoiam-se nos pilares da propriedade privada, pelo fato da rede social ser ‘dele’, não a concebendo como espaço público, e no anonimato e ou livre expressão. Como problematiza Escobar (2019, p.35-36) “[...]o direito à liberdade de expressão [...] não pode ser entendido como absoluto. Pelo contrário, é relativo, uma vez que pode entrar em

choque com outros direitos também assegurados pela Constituição, sendo necessárias, portanto, limitações recíprocas”. Ademais, verifica-se que,

As manifestações do preconceito e discriminação através da rede mundial de computadores possuem características peculiares, as quais não são possíveis de serem observadas quando utilizadas por ferramentas alheias ao espaço cibernético [...]. A velocidade com que as informações nela contidas são propagadas e o alcance exponencial que ela oferece, em um curto espaço de tempo, ampliam significativamente os efeitos de discursos com cunho discriminatório cometidos na rede. A internet, assim, na medida em que possibilita a exposição de pensamentos dos mais diversos indivíduos, rompendo barreiras de espaço e tempo, torna-se palco para que uma série de discursos acabe por ultrapassar os limites permitidos por lei, numa clara ofensa aos direitos humanos (ESCOBAR, 2019, p. 33).

Tão logo, elenca-se as características presentes nesses discursos,

São seis características a serem destacadas quando se trata de um discurso que demonstra intolerância: o discurso do ódio; a proposição de revisionismo histórico; a utilização de argumentação depreciativa (*ad hominem*); retórica contraditória; o raciocínio maniqueísta; e a divulgação de informações falsas (*fake news*) (QUADRADO; FERREIRA, 2020, p. 245).

O dossiê da intolerância, elaborado pelo *site* Comunica Que Muda (CQM), monitorou e elencou por meio da plataforma Torabit, nas redes sociais digitais, as diferentes formas de manifestação de intolerância, entre elas o racismo. De acordo com CQM (Dossiê, 2016) foram captadas 32.376 menções, entre os meses de abril, maio e junho de 2016, sendo elas no *Twitter* e *Instagram*.

trabalhadas produzidas e reproduzidas no contexto estrutural da sociabilidade, além de serem pautadas por ideologias hegemônicas, vide o Neoliberalismo. Concomitante a isso, também há mediação promovida pelas TIC'S e as redes sociais digitais, que se apresentam de maneira multifacetada, ou seja, podendo auxiliar pela agilidade e acesso à informação, mas também promovendo ampliação dos discursos de intolerância racial, culminado não apenas na naturalização, mas na retomada dos constantes ataques de ódio.

Essa lógica/ideologia perpassa os processos objetivos e subjetivos e permeia o cotidiano dos sujeitos devido a imediaticidade do consumo de informação nas redes sociais digitais. Assim, naturalizam um falso senso de superioridade entre todos os sujeitos. Logo, proporcionando a opacidade no horizonte da desigualdade social, isto é, ocultando-a, banalizando-a. Logo, esse “Poder” que captura a subjetividade é o *intentio* explícito/implícito de dominação e manutenção de uma estrutura racista, predominante na sociedade brasileira, a qual atravessa politicamente, economicamente, socialmente e culturalmente as relações. Sendo assim, as redes sociais digitais contribuem para a produção e reprodução de valores hegemônicos, estes de natureza racista, com ênfase no ódio e na intolerância

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição – Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

CARVALHO, Marcus. **Escravidão no Brasil**, UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), 2016.

COSTA. Emília Viotti, **Da senzala a colônia**, Unesp, 2010, 5ª edição.

DOSSIÊ intolerâncias: visível e invisíveis no mundo digital. *Comunica que muda*, [São Paulo]: Nova/sb, [2016]. Disponível em

<https://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/intolerancia-nas-redes/> . Acesso em: 09 Out. 2022.

ESCOBAR, Patrícia Elena Santos. **Misoginia e Internet: a manifestação do ódio contra mulheres no ambiente virtual e as possíveis implicações da Lei nº 13.642/2018** . Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal da Paraíba (UFPB)- João Pessoa, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14671/1/PESE16052019.pdf> . Acesso em 06 de out. 2022.

GUARACY, Thales. **A conquista do Brasil-1500-1600**. Como um caçador de homens, um padre gago e um exército exterminador transformaram a terra inóspita dos primeiros viajantes no maior país da América Latina. Editora Planeta do Brasil, 2015.

Prado Junior, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Quadrado, Jaqueline Carvalho e Ferreira, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálysis [online]**. 2020, v. 23, n. 03 [Acessado 10 Outubro 2022] , pp. 419-428. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p419> . Epub 16 Out 2020. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p419>.

RIBEIRO, Darcy, **O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil**. Companhia das letras, São Paulo, 1995. Disponível em http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf Acesso: 05 Out. 2022

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

Atena
Editora
Ano 2022



GRUPO DE PESQUISA EM
GÊNERO, ÉTICA,
EDUCAÇÃO E POLÍTICA



programa de pós-graduação
em políticas públicas

Mestrado Profissional
Universidade Federal do Pampa - campus São Borja



Atena
Editora
Ano 2022



GRUPO DE PESQUISA EM
GÊNERO, ÉTICA,
EDUCAÇÃO E POLÍTICA



programa de pós-graduação
em políticas públicas

Mestrado Profissional
Universidade Federal do Pampa - campus São Borja

